



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 039/2011

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e onze, às 09:44h (nove horas e quarenta e quatro minutos) teve início, na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a tricentésima vigésima nona reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os conselheiros, Pedro Luis da Silva Vargas, como Presidente e Fátima Regina Carlos Saikoski, como Secretária. Estavam presentes os conselheiros titulares, Adelto Rohr, Alexandre Salgado Marder, Eduardo kreuzer, Gilmar Cardoso dos Santos, Luiz Fernando Rigotti, Marilena Ruschel da Cunha, Maris Regina Vieira Honaiser, Marisa Ney Santos de Pinho, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sérgio Luiz Brum, Sueli de Fátima Mousquer, e os conselheiros suplentes, Etel dos Santos Lopes, Adão Tadeu Gomes de Oliveira, João Carlos Carpes da Silva, José Marcelino Heck e João Antônio Bretanha Santos. Justificaram a ausência os conselheiros Eros Miguel Sadowoy Martins, Hailton Terra de Jesus e Manuel Roberto Escobar. Inicialmente procedeu-se à leitura da Ata da reunião anterior, que foi aprovada. No espaço de informes, o conselheiro Brum comunicou a aprovação pela CMPA, no dia 19/12/2011, da Gratificação de Alcance de Metas (GAM) para os engenheiros, arquitetos, geólogos e geógrafos do Município. Disse que a gratificação aprovada não é exatamente aquela demandada pelos servidores, que pleiteavam a gratificação de responsabilidade técnica, com valor igual àquela concedida ao corpo jurídico e fazendário da PMPA. Ponderou ter sido essa aprovação um pequeno avanço nas reivindicações dos servidores, que continuarão articulados para que no próximo ano ou num próximo Governo aconteça o devido reconhecimento da categoria. A conselheira Maris comunicou sobre a reunião do Conselho de Representantes do SIMPA, que ocorrerá no dia 22/12/2011 às 15h, no Sindicato, na qual haverá o relato das negociações do Plano de Carreira e IPE Saúde. O presidente Vargas disse que o Governo não trata da elaboração de um Plano de Carreira equânime para os Municipários, e cria gratificações isoladas dividindo a categoria. Valorizar alguns em detrimento de outros não parece ser a maneira mais adequada de administrar a questão salarial do conjunto de servidores. O conselheiro Brum referiu-se à questão do convênio com o IPE saúde, dizendo que o Movimento dos Engenheiros discutiu essa questão e apóia o SIMPA nessa luta, por estarem os servidores descobertos em termos de saúde, haja vista o descaso do Governo em relação ao assunto. Não havendo mais informes, passou-se à pauta do dia, Convênio com a CEF, andamento, providências e propostas de linha de crédito. O conselheiro Rigotti, na condição de Diretor-Geral do PREVIMPA comunicou que houve uma proposta da Caixa Econômica Federal de um Acordo de Cooperação entre o Banco e o PREVIMPA, para concessão de crédito imobiliário para financiamento de imóveis residenciais, novos, usados, na planta e construção de unidade isolada, aos servidores públicos efetivos ativos, inativos e pensionistas. Disse que a proposta prevê taxas de juros na modalidade pós-fixada e diferenciadas, desde que cumpridos os requisitos estipulados no acordo, com comprometimento máximo de vinte e cinco por cento da renda comprovada, sendo que o financiamento poderá ser feito pelo prazo máximo de trinta anos. Explicou que o produto já era oferecido aos funcionários públicos federais e que agora está sendo estendido aos estados e municípios mediante a assinatura do acordo de cooperação. Os conselheiros questionaram se a proposta já está contemplada no Convênio firmado recentemente com a Caixa. O conselheiro Rigotti explicou que essa modalidade não consta naquele convênio e se o PREVIMPA não selar o acordo a Caixa não poderá oferecer esse serviço aos aposentados e pensionistas. A conselheira Fátima colocou que até o momento o princípio da publicidade não foi cumprido em relação ao Convênio com a Caixa, pois o grau de socialização da renovação da venda da folha para a Caixa ainda é muito baixo, e a maioria dos servidores não tem essa informação. Disse que ficou estabelecido em reuniões passadas que o PREVIMPA colocará uma urna na Central de

51 Atendimento para colher as reclamações e sugestões e assim medir a satisfação dos usuários. Já a
52 SMA não parece ter interesse na socialização dessa informação. Sugeriu que fosse provocado o
53 SIMPA para que supra a lacuna deixada pela SMA. O conselheiro Rigotti disse que vai solicitar
54 para a SMA que seja colocada a informação no contracheque dos servidores. A conselheira
55 Marilena perguntou como essa informação poderá chegar aos aposentados e pensionistas. O
56 conselheiro Rigotti respondeu que assinado o acordo, a Caixa poderá se encarregar na confecção de
57 um folder explicativo aos servidores, ficando ao cargo do PREVIMPA o endereçamento e o envio
58 pelo Correio. Feitas essas considerações o presidente Vargas disse ao Diretor Rigotti que o
59 Colegiado indicava positivamente pela vinda do processo ao Conselho para a devida apreciação da
60 matéria. Conforme registrado na ata da reunião passada, o conselheiro Rigotti trouxe um relato da
61 situação dos recursos destinados à compra da sede do PREVIMPA. Fez um resgate da situação ao
62 longo do tempo: Quando foi vendida a folha há quatro anos atrás, o rateio foi proporcional ao
63 número de matrículas de cada ente. O PREVIMPA recebeu em torno de trinta por cento do valor da
64 venda da folha e que quinze por cento deste valor foi destinado à compra da sede, e o restante para
65 pagamento de aposentados e pensionistas do Regime de Repartição Simples. O recurso para a
66 compra da sede foi repassado pela PMPA ao Departamento um ano após a venda da folha, corrigido
67 pelo IPCA mais seis por cento ao ano, e está aplicado, rendendo acima das despesas que a
68 Autarquia tem com aluguel. Primeiramente foi criado um Grupo de Trabalho para tratar o assunto,
69 composto por funcionários do PREVIMPA e um representante do Conselho de Administração. Até
70 o ano de 2009, existia muita oferta de imóveis. A Comissão visitou vários imóveis usados e
71 constatou que demandariam grandes reformas para atender às necessidades do PREVIMPA. Depois
72 de 2009, os preços dos imóveis cresceram de forma assustadora, estando hoje muito caros, o que
73 exige que se faça o negócio com muita prudência. Disse que há a possibilidade de compra de um
74 terreno pertencente ao Município, situado perto da SMOV, hoje estacionamento da EPTC, que está
75 aguardando a avaliação pela SMF, pois hoje é melhor construir do que reformar. A proposta de
76 venda será encaminhada ao Conselho para análise. Disse que o valor para a compra da sede que
77 hoje gira em torno de seis milhões e duzentos mil reais está no Regime Capitalizado e que sugestões
78 e ideias são sempre acolhidas pela Direção do PREVIMPA sem problema algum. O conselheiro
79 Brum disse que as ideias são interessantes, modernas e há grande possibilidade de dar certo. Quanto
80 à aplicação do dinheiro, o retorno é menor do que a valorização dos imóveis no mesmo período,
81 causando prejuízo ao Departamento. Salientou que quatro anos é muito tempo e que se o
82 PREVIMPA tivesse comprado a sede naquela época, o ganho seria maior. Opinou que o aluguel
83 deve acabar, solucionando-se o problema em curto prazo. O conselheiro Adelto disse concordar
84 com o a fala do conselheiro Brum na questão da valorização e desvalorização de imóveis, e que teve
85 um momento no qual se tentou comprar o prédio do Instituto Cultural, na Rua Riachuelo, mas
86 houve a desistência da venda por parte do Instituto. Também se tentou adquirir um imóvel
87 pertencente à Zero Hora, que acabou sendo vendido para a OAB. Logo depois ocorreu a valorização
88 imobiliária, entretanto, o aluguel pago é retirado da taxa de administração, não havendo despesa
89 para o PREVIMPA. Sugeriu que seja reconstruído o grupo formado anteriormente, com a finalidade
90 de acompanhar mais de perto essa questão, para que se encontre uma solução mais célere, avaliando
91 corretamente o custo benefício da transação. A conselheira Maris apoiou as falas dos conselheiros
92 Brum e Adelto e disse que se não se fizer logo a compra da sede, em função do cenário econômico
93 que se apresenta, provavelmente, se perderá muito mais. Discordou fraternalmente do conselheiro
94 Adelto no que tange ao aluguel não trazer prejuízo ao PREVIMPA, alegando que ao se retornar ao
95 Governo valor menor a título de taxa de administração, indiretamente, também os servidores terão
96 menores reposições salariais e diminuirão os recursos destinados à infraestrutura para a população.
97 Opinou pela solução imediata da compra do terreno da PMPA para a construção da sede ou que se
98 parta para outro negócio. Salientou que o servidor aposentado quer uma sede com espaços
99 qualificados para o atendimento de suas demandas. A conselheira Sueli corroborou que imóvel foi o
100 investimento mais rentável no período, e opinou pela formação de uma equipe para avaliar a
101 situação da compra da sede. Disse que na época que se buscava adquirir um imóvel, as sugestões
102 trazidas eram descartadas pela Comissão mesmo antes de vistoriá-los. Disse acreditar que o
103 PREVIMPA não demandará mais do que quatro andares, e que naquela ocasião havia um imóvel na

104 Rua Duque de Caxias muito bom para as necessidades do Departamento, que lamentavelmente não
105 foi visitado pela Comissão. O presidente Vargas disse que a preocupação maior é o atendimento que
106 o PREVIMPA tem que dar, demandando instalações físicas adequadas aos seus trabalhadores e
107 usuários, com condições de saúde e segurança do trabalho. Ponderou que se está nas vésperas da
108 instalação da Perícia Previdenciária, com necessidade de gabinetes e consultórios compatíveis com
109 a atividade que será realizada, e perguntou se hoje há condições de ser instalada na Autarquia a
110 Equipe de Perícia Médica. Argumentou que além da Perícia Médica, outras atividades virão em
111 seguida, demandando espaços qualificados. Argumentou que com uma nova crise econômica se
112 aproximando, é necessário acelerar o processo de compra da sede, resgatando-se o Grupo de
113 Trabalho, que segundo relatos não chegou a termo. A conselheira Marilena perguntou ao Diretor
114 Rigotti se a avaliação da SMF é a do mercado ou próxima a essa. O Diretor Rigotti respondeu que é
115 uma avaliação técnica, nos mesmos critérios utilizados para desapropriações e cobrança de IPTU, e
116 deixou claro que em nenhum momento houve prejuízo ao PREVIMPA, pois foram visitados todos
117 os imóveis que foram oferecidos, e naqueles que houve a tentativa de compra dentro do prazo e
118 valor pedido, somente não foi concretizada a transação em virtude de desistência de venda pelo
119 proprietário do imóvel. Disse que avaliar a conjuntura depois dela ter ocorrido é uma forma muito
120 simplista de analisar a questão e que o cuidado na escolha do imóvel leva em conta inclusive
121 critérios de acessibilidade, com infraestrutura para abrigar, por exemplo, a SAMU, caso seja
122 demandada uma emergência para algum usuário do PREVIMPA. Concluiu dizendo que após a obra
123 pronta muitos assinam embaixo, mas na hora de construir nem todos estão dispostos a ajudar. O
124 conselheiro Brum disse que o processo todo não foi bem conduzido e que se está perdendo dinheiro.
125 Salientou que a aplicação em imóveis é o lugar mais garantido neste País para se investir.
126 Arrastando-se a questão por todo esse tempo, se está sujeito às muitas variações do mercado
127 financeiro e como está ocorrendo prejuízo, não será responsável por isso. A conselheira Maris
128 corroborou a fala do conselheiro Brum dizendo que não quer ser responsabilizada mais adiante por
129 essa demora. A conselheira Sueli perguntou se o dinheiro aplicado rendeu mais do que aquele gasto
130 com aluguel. O conselheiro Rigotti respondeu que rendeu em torno de quinhentos mil reais a mais.
131 O conselheiro Ricardo opinou que a hora é de trazer soluções, é verificar no que o Conselho pode
132 contribuir para ajudar a equacionar a questão, pois colocar a culpa no gestor é muito fácil. O
133 conselheiro opinou pela indicação de um novo representante do Conselho no Grupo de Trabalho,
134 haja vista que o membro indicado anteriormente solicitou a sua retirada da Comissão. O conselheiro
135 Alexandre Marder alertou o Colegiado que o assunto veio ao Conselho como um relato, mas
136 suscitou toda essa discussão. Sugeriu que seria mais produtivo que todos os conselheiros refletissem
137 sobre o assunto e fizessem o debate na reunião que o assunto estiver em pauta. O conselheiro Brum
138 discordou, dizendo que a questão é urgente, pois envolve a responsabilidade também deste
139 Conselho, e também porque existe um GT que não se reúne e que não traz conclusões para serem
140 analisadas pelo Colegiado. Disse ser uma decisão que deve ser bancada pelo Governo, e que não se
141 sente confortável em concordar que o assunto seja discutido somente no próximo ano. O
142 conselheiro Rigotti colocou que o conselheiro Brum não pode impor para os membros do Conselho
143 o seu pensamento particular. Salientou que durante as falas do conselheiro Brum esse lhe chamou
144 de incompetente, de mau gestor e que preferiu ficar quieto, somente escutando, para não criar atrito.
145 Se essa for a opinião do Conselho, então levará em consideração, entretanto, não considerará
146 questões pessoais externadas por um de seus membros, até mesmo porque o próprio conselheiro
147 Brum não aceitaria ser taxado dessa forma caso fosse ele a pessoa que estivesse sendo agredida
148 verbalmente, e perguntou se o Conselho comunga com isso. O presidente Vargas respondeu que o
149 Conselho não se manifesta dessa forma, porque assim não foi deliberado pelo Colegiado. Disse que
150 anteriormente era conselheiro, com outra direção de Mesa, e esse assunto não foi pautado,
151 verificando-se que se houve demora na condução do assunto, essa ocorreu em todas as instâncias do
152 PREVIMPA, e que a atual Mesa Diretora vai atender as disposições estatutárias. Disse que se as
153 Mesas anteriores não fizeram nada em relação ao assunto, elas responderão por isso, assim como a
154 Direção do Departamento e que não vai resgatar passado cronológico. Feito isso, o presidente
155 comunicou que se houver algum assunto urgente a ser apreciado pelo Conselho na próxima semana,
156 os conselheiros encaminhem à Secretaria do Conselho até quinta-feira, dia 22/12/2011. Não

157 havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão às 11:48h (onze horas e quarenta e oito minutos)
158 e foi lavrada a presente Ata que vai assinada por mim Fátima Regina Carlos Saikoski, Secretária de
159 Mesa e pelos demais conselheiros presentes.

160

161

162

163 Pedro Luis da Silva Vargas - Presidente

Fátima Regina Carlos Saikoski – Secretária

164

165

166

167

168 Adelto Rohr

Sueli de Fátima Mousquer

169

170

171

172

173 Ricardo Zucareli Pulvirenti

Alexandre Salgado Marder

174

175

176

177

178 Eduardo Kreuzer

Luiz Fernando Rigotti

179

180

181

182

183 Marisa Ney Santos de Pinho

Adão Tadeu Gomes de Oliveira

184

185

186

187

188 Marilena Ruschel da Cunha

José Marcelino Heck

189

190

191

192

193 Gilmar Cardoso dos Santos

Maris Regina Vieira Honaiser

194

195

196

197

198 Sérgio Luiz Brum

João Antônio Bretanha Santos

199

200

201

202

203 Etel dos Santos Lopes

João Carlos carpes da Silva

204

205

206

207